

Da Puerta del Sol à Wall Street*

Alain Bihr**

Resumo:

Este artigo analisa duas das reações mais recentes à ofensiva do capital: *os indignados* espanhóis, que se desenvolveu de meados de maio até o outono de 2011, e o *Occupy Wall Street (OWS)*, que teve início em meados de setembro de 2011 em Nova York, espalhou-se por centenas de localidades de todos os tamanhos nos Estados Unidos e continuou em algumas delas, especialmente na costa Oeste, durante os primeiros meses de 2012. A escolha destes diferentes movimentos deve-se a suas especificidades, caracterizadas basicamente por um questionamento geral das políticas neoliberais.

Palavras-chave: Movimentos sociais; neoliberalismo; anti-neoliberalismo.

From Puerta del Sol to Wall Street

Abstract:

This article examines two of the most recent reactions to the offensive of capital: *the outraged Spaniards*, a movement that developed from mid-May until the fall of 2011, and the *Occupy Wall Street (OWS)* movement, which began in mid-September of 2011 in New York, spread to hundreds of cities of all sizes in the United States, and continued in some of them, especially on the west coast, during the initial months of 2012. These two different movements are emphasized due to the fact that both are characterized by a general questioning of neoliberal policies.

Keywords: Social movements; neoliberalism; anti-neoliberalism.

Desde o *crash* financeiro do outono de 2008, a crise estrutural do capitalismo se agrava inexoravelmente, como resultado da aplicação obstinada das políticas neoliberais, as quais, entretanto, prepararam as condições da crise. Simultaneamente, em virtude do aumento do desemprego e da precariedade, da austeridade salarial reforçada, dos nítidos cortes na proteção social que buscam reduzir o salário social, da austeridade fiscal à qual estão sujeitos os aparelhos do Estado – de degradação constante dos equipamentos coletivos e dos serviços públicos –, estas mesmas políticas agravam as condições de trabalho e de existência de

*Traduzido do francês por Fabio Mascaro Querido. Revisão técnica: Maria Teresa Mherieb.

**Doutor em sociologia. Professor emérito de sociologia da Université de Franche-Comté, França. Autor de vários livros e artigos; dentre os mais conhecidos no Brasil, destaca-se *Da grande noite à alternativa*: o movimento operário europeu em crise (1998).

End. eletrônico: alain.buhr@club-Internet.fr

milhões de pessoas na pobreza, na miséria e na desesperança, na Europa tanto quanto na América do Norte, enquanto aumentam as desigualdades sociais de todo tipo, que favorecem uma minoria de privilegiados, beneficiários de altos rendimentos e proprietários de grandes patrimônios, baseados, mais ou menos diretamente, na exploração capitalista. No entanto, embora não sejam inexistentes, as reações das populações assim atacadas permaneceram, em toda parte, aquém do que se poderia esperar, incapazes, em todo caso, de impor um fim à degradação contínua de seu próprio destino e muito menos de reverter ou, mesmo, somente de reequilibrar as relações de força em seu favor. Trata-se, portanto, de compreender as razões desse cenário e, se possível, determinar as formas e os meios que possibilitariam o renascimento de um movimento popular ofensivo, capaz de reabrir perspectivas de ruptura com a dinâmica mortífera do capitalismo contemporâneo.

Este artigo preencherá apenas uma pequena parte deste programa, concentrando-se em duas das reações mais recentes à ofensiva do capital, aquela dos *indignados* espanhóis, que se desenvolveu de meados de maio até o outono de 2011, e aquela conhecida sob o nome genérico de *Occupy Wall Street (OWS)*, que teve início em meados de setembro de 2011 em Nova York, espalhou-se por centenas de localidades de todos os tamanhos nos Estados Unidos e continuou em algumas delas, especialmente na costa Oeste, durante os primeiros meses de 2012. Assim sendo, negligencio outros movimentos que lhes precederam (penso nos diferentes movimentos da “primavera árabe”, que começaram no fim de 2010 na Tunísia e rapidamente se espalharam pelo Egito, Líbia, Síria, etc.), ou que lhes acompanharam e lhes seguiram, tais como os movimentos estudantis e dos liceus chilenos e quebequenses que se desenvolveram, respectivamente, ao longo do ano letivo de 2011, e de fevereiro a setembro de 2012, ou ainda o *Movimento Passe Livre* brasileiro iniciado em meados de 2013 e que continua ainda hoje.

Minha escolha não é, no entanto, arbitrária, fundando-se nas respectivas especificidades destes diferentes movimentos. Os movimentos da “primavera árabe” foram, ao menos no plano imediato, essencialmente revoltas contra déspotas corruptos, tendo como objetivo o (re)estabelecimento de regimes democráticos (no sentido habitual da expressão), destinados a perceberem rapidamente seus limites, na medida em que tais regimes não alteram fundamentalmente as relações sociais de exploração e de dominação sobre as quais se baseia a opressão de classe ou a opressão de gênero. Quanto aos movimentos estudantis chileno e quebequense, tanto quanto o *Movimento Passe Livre*, estes se caracterizam por motivos e objetivos desde o início limitados (ao sistema universitário para os primeiros, aos transportes coletivos urbanos para os segundos), mesmo se suas dinâmicas os impulsionaram a ampliar seus horizontes, colocando em questão

as políticas neoliberais, sobretudo as escolhas em matéria de finanças públicas às quais elas conduziram. Ao contrário dos precedentes, os movimentos aqui selecionados, aquele dos indignados espanhóis e OWS, caracterizaram-se desde logo por um questionamento geral das políticas neoliberais, tal como, aliás, os movimentos que, na Grécia, em Israel, na Grã-Bretanha (cf. *Occupy the London Stock Exchange*), lhes ecoaram mais ou menos imediatamente. É em função disso que me concentro neles aqui.

Evidentemente, não me é possível detalhar todas as circunstâncias e vicissitudes destes movimentos, que pressuponho serem, no geral, conhecidas. Deverei contentar-me em apresentar um esboço, apreendendo apenas as características marcantes que me pareceram mais dignas de interesse¹. Depois disso, com base nos ensinamentos subjacentes à análise destes diferentes movimentos, tentarei responder às questões gerais acima expostas.

Limites evidentes

Quem sobrevoa esses dois movimentos não pode deixar de ser surpreendido pela conjunção de dois traços contrários: eles apresentaram limites evidentes, que persistiram até seu fim, e, ao mesmo tempo, um incontestável potencial de radicalização que se atualizou parcialmente, sob certas circunstâncias, no curso de seus desenvolvimentos. Seus limites foram de diferentes ordens.

Manifestaram-se, em primeiro lugar, em seus conteúdos políticos, tal como resumido, em uma palavra, no termo *indignação* que serviu como “marca” identitária ao movimento espanhol, simultaneamente àquele de *15-M* (em referência ao 15 de maio de 2011, data do início do movimento). Esses movimentos têm manifestado ampla insatisfação contra os efeitos das políticas conduzidas há três décadas em todos os Estados capitalistas centrais. Eles exprimem, assim, uma revolta contra a degradação da situação do emprego (a persistência de uma alta taxa de desemprego, o avanço da precariedade), contra o crescimento das desigualdades sociais de todos os tipos, contra a extensão da pobreza e da miséria e, conseqüentemente, contra a monopolização de uma parte cada vez maior da riqueza social por uma pequena minoria de privilegiados, corolário desta realidade (cf. o *slogan* unificador/central de OWS “nós somos os 99%”, em referência ao 1% que monopolizam a riqueza, poder e prestígio), contra a “financeirização” da economia (de onde a ideia primitiva de ocupar Wall Street), etc. Em suma, trata-se essencialmente de uma revolta anti-neoliberal, mas não anticapitalista,

¹Apoio-me sobretudo na notável série de artigos sobre ambos os movimentos traduzidos e publicados no site *A l'Encontre*, <http://alencontre.org/>.

na mesma linha dos movimentos anti-globalização ou altermundialistas que se desenvolveram ao longo da última década².

Esta tonalidade anti-neoliberal se reflete nas reivindicações destes movimentos em defesa da regulação da economia: aquela de uma intervenção do Estado para proibir as “demissões acionárias” (*licenciements boursiers*³) (as demissões de funcionários de uma empresa unicamente destinadas a aumentar as ações do capital da empresa), ou as expulsões de famílias incapazes de pagar suas hipotecas, para reforçar as disposições do Código de Trabalho que protegem os funcionários, para controlar as atividades dos bancos, etc, acompanhadas da reivindicação de uma redistribuição de renda (de uma reforma tributária para torná-la mais eficaz e mais progressiva, do restabelecimento de um Estado social signo desse nome). A mesma tonalidade se encontra nas reivindicações por uma auditoria da dívida pública, a fim de preparar e justificar a rejeição de sua parte “ilegítima”, pela nacionalização dos bancos socorridos, pela instituição de uma taxa das transações financeiras internacionais, etc.

Estas reivindicações anti-neoliberais foram acompanhadas e reforçadas por aquela em defesa de uma “Democracia real agora!”, segundo a consigna dos indignados, que pode ser compreendida, porém, de maneira mais ou menos radical. Para alguns, tratava-se de impor uma simples moralização da vida pública, de modo a remover os elementos corruptos, controlando, por exemplo, o financiamento dos partidos políticos, as rendas e patrimônios dos eleitos. Outros expressaram igualmente o desejo de um Estado mais próximo dos cidadãos e de suas preocupações cotidianas, através de uma reforma da lei eleitoral a fim de tornar as assembleias representativas mais... representativas, por meio da introdução de procedimentos de controle e fiscalização cidadãos, recorrendo a um referendo para ratificar ou não as leis importantes. Para outros, ainda, tratava-se de reivindicar, de maneira um pouco mais radical, a retomada direta da coisa pública pelos cidadãos, indo da democracia participativa à democracia direta realizada e generalizada, talvez sem necessariamente estarem conscientes de que isso implicaria a superação das formas políticas existentes (incluindo o Estado democrático) e, mais amplamente, das relações sociais capitalistas às quais elas servem de estrutura e de apoio institucional.

²Cf. meu artigo “Antilibéralisme ou anticapitalisme?” (2000).

³O termo “*licenciements boursiers*” foi criado, de modo irônico, pela esquerda francesa a fim de designar as demissões coletivas ligadas aos planos de reestruturação das empresas que visam a garantir, quando não elevar, os níveis de rentabilidade a curto prazo dos acionários, através da compressão da massa salarial (Nota do tradutor)

Em suma, tratou-se de uma vasta revolta contra o *establishment* econômico (sobretudo financeiro), político (“Eles não nos representam!”), entoavam os indignados espanhóis aos políticos que organizaram e acompanharam o processo de mundialização liberal responsável pela crise atual, que se tornaram os lacaios dos “mercados” e que não defendem mais o interesse geral) e midiático (a mídia que os elogiou ao longo das últimas três ou quatro décadas). Um *slogan* dos *indignados* resumiu perfeitamente esta revolta multipolar: “Nós não somos mercadorias nas mãos de políticos e banqueiros”.

A estes limites de conteúdo acrescentam-se, em segundo lugar, aqueles que concernem às formas do movimento. Na Espanha, como nos Estados Unidos, este se traduziu principalmente, além das manifestações periódicas de rua, pela ocupação permanente de locais públicos, sobretudo praças ou parques, transformados em *ágoras* através da organização de um debate político quase permanente e, mais amplamente, de uma microssociedade alternativa (com comitês elaborando as ocupações e os debates, apoiando a segurança dos participantes e sua assistência médica, organizando a cantina, um centro de imprensa, uma biblioteca, etc.), proporcionando, assim, um exemplo de experiências de auto-organização coletiva da vida social em um quadro espaço-temporal limitado, tudo sob uma atmosfera de efervescência cordial e festiva.

Para elaborar uma crítica coletiva das políticas neoliberais e as reivindicações subsequentes, não seria necessário, provavelmente, mais que isso. Mas, ao mesmo tempo, ignorava-se que, inevitavelmente, o movimento teria que enfrentar em um momento ou outro a violência policial, sob forma de simples provocações ou de feroz repressão das ocupações e das manifestações de rua, com o objetivo de cessá-las. Isso significava oferecer-se a esta violência sem estar preparado. Para uma parte do movimento, por ingenuidade; para outra parte, por ausência de experiência e de reflexão; para outra parte ainda, por opção deliberada pela desobediência civil não violenta. O limite não é aqui a escolha da não-violência, mas a ausência de toda antecipação do inevitável enfrentamento com o Estado em sua feição repressiva, assim como a ausência, conseqüentemente, de toda preparação a uma resposta (mesmo não violenta) a esta situação.

Estes limites de conteúdo e de forma têm, em terceiro lugar, relação com aqueles que dizem respeito à composição social destes movimentos. Os observadores foram atentos à diversidade sociológica destes últimos, à mistura de pessoas oriundas de condições variadas: jovens proletários, funcionários estatutários, desempregados de todas as idades e categorias, aposentados, etc. Do mesmo modo, eles observaram com razão que esses movimentos atraíram a simpatia de uma grande maioria da população; o que garantiu o sucesso das manifestações de rua por eles organizadas. Trata-se, portanto, claramente, de movimentos pluriclassistas, tanto pelo perfil de seus participantes quanto por seus apoiadores.

Mas foram poucos os observadores que notaram, seja no caso dos *indignados* ou do *Occupy*, a presença hegemônica, se não majoritária, de jovens saídos das camadas médias e inferiores da administração social⁴. Trata-se desta classe que designamos habitualmente, embora improdutivo e confusamente, pelas expressões “camadas médias assalariadas”, de “nova pequena-burguesia” ou ainda de “pequena-burguesia intelectual”, composta pelo conjunto dos funcionários que exercem funções de supervisão (de concepção, organização, inculcação ideológica e de controle) das atividades de outros assalariados ou de partes mais ou menos importantes da população, funções através das quais se encontram asseguradas as condições imediatas ou gerais da reprodução das relações capitalistas de exploração e de dominação⁵.

A hegemonia dos elementos de administração que tiveram parte nestes movimentos explica a tonalidade político-ideológica dominante, anteriormente observada. Na obra citada, pude, com efeito, demonstrar que, em conformidade à sua situação nas relações de produção e à sua função no processo de reprodução destas relações, os assalariados da administração desenvolvem voluntariamente uma crítica do capitalismo que permanece nos limites da tripla reivindicação do domínio tecnocrático de suas contradições, da moralização de sua gestão e da democratização dos aparelhos de Estado. Pode-se encontrar um eco dessa postura nas reivindicações tanto dos indignados quanto dos participantes do OWS, sobretudo nas exigências de moralização da vida política, de democracia participativa e direta e de redistribuição de renda, assim como na sua crítica do capitalismo restrita à incriminação exclusiva da gestão financeira dominante.

Os membros desta classe, que desempenharam um papel hegemônico nos movimentos aqui analisados, são mais especificamente jovens que frequentaram cursos escolares e universitários (ao menos até o fim do primeiro ciclo), dispendo, portanto, de uma formação geral e profissional superior e, no entanto, condenados ao desemprego - às vezes de longa duração (entre os jovens de menos de 25 anos, 40% estão desempregados na Espanha!), aos sucessivos empregos precários e não relacionados com suas qualificações, sem perspectiva de carreira. Eles são ameaçados, assim, de rebaixamento social (*déclassement*) -em relação a seus próximos: pais, idosos, vizinhos etc, e em relação às esperanças de trabalho e de carreira geradas por seus estudos-, de pauperização, ou de pura e simples proletarianização⁶. E, mais ainda, muitos deles (especialmente no que se refere ao

⁴Este foi, no entanto, o caso de Reeve (2011), Sauviat (2011) e Kempf (2012a, 2012b).

⁵Cf. meu livro *Entre bourgeoisie et prolétariat: l'encadrement capitaliste* (1989).

⁶Raphael Kempf registra especificamente este aspecto da composição sociológica desses movimentos.

OWS) endividaram-se fortemente a fim de realizar seus estudos (trinta e seis milhões de pessoas são endividadas nos Estados Unidos por causa dos seus estudos, às vezes por vinte ou vinte e cinco anos; o montante deste endividamento chega atualmente a quase um trilhão de dólares nos EUA, superando as dívidas contraídas pelo uso de cartões de créditos pelas famílias norte-americanas (Sauviat, 2011: 24). É esta juventude, cujo futuro foi gravemente comprometido pelas consequências das políticas neoliberais, que está no coração da revolta dos indignados e do OWS.

Charles Reeve equivocou-se, no entanto, em seu artigo (2011), ao generalizar e radicalizar as tendências precedentes, referindo-se, a este respeito, à “proletarização das ‘classes médias’” (deixemos de lado a utilização do termo genérico de “classes médias”, mesmo acompanhado de aspas), ou ao “progressivo desaparecimento das ditas ‘classes médias’”, enquanto que se trata, de fato, de desqualificação e pauperização (de um ponto de vista objetivo), de ausência de horizonte e de desesperança (de um ponto de vista subjetivo) para uma parte crescente de seus membros. O que já é suficiente para alimentar uma revolta individual, ou mesmo uma rebelião coletiva.

Os elementos de radicalização

Os elementos e fatores de limitação acima assinalados devem ser sublinhados a fim de evitar qualquer sobrevalorização destes movimentos e, *a fortiori*, todo fetichismo a seu respeito. Eles não são, todavia, intransponíveis e não devem, por outro lado, justificar uma indiferença ou desprezo. Sobretudo porque, no desenrolar desses movimentos, emergiram elementos de radicalização, alguns simplesmente potenciais, outros atualizados em diversos graus, que foram fatores de transgressão dos limites precedentes, sem, contudo, fazê-los desaparecer.

Uma vez mais, estes elementos podem ser identificados em diferentes níveis de análise. Em primeiro lugar, nas formas assumidas por estes movimentos. Numerosos analistas destacaram o que igualmente incidiu sobre os casos das mobilizações da “primavera árabe”, a saber, a utilização e a apropriação das “redes sociais” (*Facebook, Twitter*) a fim de colocá-las a serviço da contestação social. Mas este foi apenas um aspecto menor de uma exigência mais ampla e fundamental de democracia direta, levando à preferência por organizações horizontais (em redes) ao invés de verticais (em feixes), em que se pôde encontrar o elemento incontestavelmente mais interessante, mais portador de radicalidade sobre o plano formal, destes movimentos: seu caráter anti-hierárquico e anti-autoritário, não levando à nenhuma delegação e, menos ainda, à alienação da palavra e do poder coletivos, não autorizando a emergência nem de líderes nem de porta-vozes autoproclamados. Que movimentos sociais sejam capazes de experimentar por

semanas uma prática de democracia direta de tipo assembleísta sem fenômenos ou estruturas de apropriação da palavra, da decisão e da ação coletiva é suficientemente raro para ser destacado. Devido à sua natureza, este elemento, por si só, pode assegurar a audiência destes movimentos e seu crescimento numérico, garantindo a simpatia de uma maioria de cidadãos tranquilizados pela ausência de risco de manipulação ou de recuperação pelos antigos aparatos políticos ou sindicais, ou mesmo pelos políticos profissionais. É ainda essa exigência de democracia direta que se encontrará no alto grau de auto-organização que esses movimentos demonstraram ter, constituindo micro-sociedades cordiais temporárias, reapropriando-se de locais públicos a fim de colocá-los a serviço da discussão, deliberação e decisão coletiva.

Permanecendo ainda no plano de sua forma, é preciso destacar igualmente outra característica destes movimentos – que contribuiu largamente para o seu sucesso –, qual seja, sua capacidade de gerir o tempo para evoluir transformando-se, renovando-se nas suas formas de ação, de modo a prolongar-se o máximo possível. O movimento dos *indignados*, por exemplo, começou através da ocupação permanente de algumas praças públicas simbólicas das grandes cidades (*Plaza de la Puerta del Sol*, em Madrid, a *Plaza Catalunya*, em Barcelona, etc.) durante a primeira quinzena, antes de decidir pela descentralização em diferentes bairros periféricos, para depois fazer convergir novamente o conjunto dos participantes na direção de uma praça central (a *Puerta del Sol*, em Madrid), no dia 19 junho de 2011. Nas semanas seguintes, seriam organizadas seis marchas cruzando a Espanha e se encontrando em Madrid, no dia 24 de julho de 2011; depois, uma marcha internacional de Madrid a Bruxelas via Toulouse e Paris, entre o final de julho e início de outubro, resultando em enormes manifestações em todas as grandes cidades espanholas no dia 15 de outubro de 2011, por ocasião de uma greve geral.

É ainda mais notável que, a despeito desta inventividade e desta capacidade de criar formas de ação e de organização, garantindo sua autonomia, estes movimentos não tenham conseguido dar origem a estruturas permanentes. Por si só, tais estruturas poderiam ter evitado que desaparecessem tão rapidamente quanto surgiram, e teriam permitido às ocupações (necessariamente limitadas no tempo – o que não se daria apenas por razões meteorológicas – e nos seus efeitos políticos em sentido amplo) de se transformar e de se enraizar em terrenos potencialmente mais férteis: as empresas, os serviços e as administrações públicas, os bairros populares. Isto coloca a questão de suas relações com os sindicatos, as organizações populares e, mais além, da composição de classe do movimento, ao que voltarei mais tarde.

No entanto, em segundo lugar, elementos de radicalização emergiram

também no conteúdo político desses movimentos. A moderação relativa de suas reivindicações, anteriormente enfatizada, não apresentou senão inconvenientes: assim como suas exigências e sua prática efetiva de uma democracia direta, essa radicalização pôde contribuir para que uma grande parcela da população pudesse se reconhecer rapidamente nelas, assegurando-lhes a conquista imediata de uma certa legitimidade, embrião possível da formação de uma nova hegemonia (Udry, 2011). Ela não teria impedido, em todo caso, que, com a dinâmica do movimento, as reivindicações democráticas originais deslizassem em direção a reivindicações claramente mais radicais. Assim, nas manifestações dos *indignados* de 19 de junho de 2011, já se podia ver faixas protestando “Contra a crise e o capital” e proclamando “Não ao pacto do euro” (Pastor, 2011a). A faixa de abertura da manifestação do dia 15 de outubro de 2011 em Granada anunciava claramente seu teor: “Contra a ditadura do capital. Por uma mudança de sistema” (Pastor, 2011b).

Evidentemente, a radicalização não permaneceu, contudo, apenas no nível dos slogans, passando da palavra aos atos. No movimento dos *indignados*, por exemplo, passou-se da exigência de uma moratória das execuções hipotecárias às mobilizações *in loco* contra os despejos das famílias incapazes de honrar suas dívidas imobiliárias e contra a imposição de reembolsar quantias astronômicas em caso de falta de pagamento. O mesmo no que se refere ao *OWS*: uma vez mais, foram realizadas ações para se opor aos despejos, por meio da ocupação de moradias ameaçadas de confisco, mas também pela requisição de imóveis vazios tornados propriedades dos bancos para expulsar os desabrigados; e, nos bairros de mais de vinte e cinco cidades, a partir de dezembro de 2011, em conjunto com as associações destes bairros, uma placa proclamava “Apreendamos os bancos, não as casas!” (Ellis; Durklay, 2012)

Esses elementos de radicalização nas formas e nos conteúdos destes movimentos não são independentes, em terceiro lugar, tanto nos efeitos quanto nas causas, do alargamento de sua composição de classe, com a presença mais importante e uma participação mais ativa de elementos do proletariado, alguns bastante precários: jovens sem perspectiva de emprego, desempregados de longa data, despejados, aposentados vivendo com recursos escassos, não raro miseravelmente, desabrigados, etc.; outros, ao contrário, inseridos profissionalmente, às vezes organizados sindicalmente. Assim, rapidamente manifestaram-se, aqui e ali, aspirações de criar uma conexão entre esses movimentos e o mundo do trabalho, inclusive com as lutas proletárias em curso, realizadas em um contexto sindical clássico ou não.

Do lado dos *indignados*, pode-se observar a presença nas assembleias, desde o início, de membros dos sindicatos de “luta de classe” (CNT, CGT); e, a partir

de meados de junho, avançou-se na ideia de chamar uma greve geral por fora e acima das organizações sindicais, ideia finalmente concretizada em 15 de outubro de 2011. Acima de tudo, a adesão ao movimento, de forma mais ampla, de elementos populares, será obtida graças ao “desvio” (*détour*) através das assembleias de bairros, realizadas a partir do início de junho. Mas é do outro lado do Atlântico que, de maneira surpreendente, a julgar pelo olhar que normalmente se tem sobre o estado da luta de classes nos Estados Unidos, o processo de junção com o proletariado organizado seria impulsionado ainda mais longe. Desde o início, o movimento *OWS* conta com o apoio de seções de diferentes sindicatos (sobretudo do setor público: professores, enfermeiros, bombeiros, trabalhadores de transportes, etc.) e de organizações de bairros –todas vítimas das políticas de austeridade das administrações Bush e Obama. Em Nova York, inúmeras seções, quando não federações sindicais, levaram seu apoio aos ocupantes do parque Zucotti, impedindo-os de serem desalojados pela polícia local, tal como havia ocorrido antes em Wall Street (Sonti, 2011). Estudantes envolvidos no *OWS* foram manifestar diante da sede da Verizon em Nova York (a mais importante operadora de telefones móveis dos Estados Unidos) em apoio à greve de 45.000 trabalhadores da empresa, na ocasião da renovação de sua convenção coletiva, e eles ainda se juntaram a alguns piquetes de greve em Los Angeles, Washington, Buffalo e Boston. A mesma coisa para o apoio à greve dos empregados da Sotheby’s de Nova York no âmbito de um *lock out*. É na costa oeste que a convergência foi mais marcante. Em Los Angeles, o envolvimento do sindicato dos professores das escolas públicas no movimento *Occupy* é totalmente emblemático. Em Oakland (quinto porto estadunidense pela importância do seu tráfego de carga, localizado na Baía de São Francisco), no início de novembro, em resposta ao apelo à greve geral lançado pelo movimento *Occupy*, logo em seguida à sua expulsão pela polícia local, teve início um vínculo entre este último e os membros do movimento sindical (sobretudo os estivadores), que levaria ao bloqueio do porto (Ruder, 2011). No dia 12 de dezembro de 2011, *Occupy* organizou ações de solidariedade em favor dos estivadores em luta, contra a empresa EGT, em todos os portos da costa oeste dos Estados Unidos, da Califórnia até o Alasca, participando de ações de bloqueio, parcial ou total, dos portos de Oklahoma, Portland, Longview, Seattle e Vancouver (Johnson et al, 2011). O objetivo era então, claramente, alcançar uma convergência e uma aliança durável entre as duas forças (*OWS* e organizações sindicais de luta de classe).

Mas, para além mesmo do reforço que os *indignados* e *OWS* foram capazes de pontualmente fornecer ou receber das lutas operárias ou populares, por sua simples existência, estes movimentos foram importantes pelo fato de oferecerem aos membros do proletariado a oportunidade de neles tomar parte, a fim de romper o isolamento, a passividade e o desespero gerados pelo rolo compressor

das contra-reformas neoliberais e da sequência de derrotas registradas nas lutas de três décadas, permitindo-lhes reunir-se, discutir, identificar coletivamente seus problemas e os elementos de suas resoluções (reivindicações), de (re)tomar a consciência de sua força coletiva e a confiança em sua própria capacidade política (no sentido de intervir sobre o curso da vida social)⁷.

De resto, é bem verdade, este conjunto de resultados revelou-se bastante frágil. Tanto nos Estados Unidos como na Espanha, o apoio verbal das grandes organizações sindicais aos movimentos dos *indignados* e do *OWS* não foi senão uma fachada destinada a mascarar sua hostilidade fundamental traduzida por sua inação: nos dois casos, tais organizações nada fizeram para ampliar o movimento e menos ainda para lhes repercutir nos locais de trabalho nos quais estão implantadas, e os quais pretendem continuar a preservar enquanto guardas de flanco do capital e do Estado. É, no entanto, apenas nesta instância que o potencial de radicalização manifestado por estes dois movimentos poderia atualizar-se plenamente: somente no dia em que forem ocupadas não somente as ruas e as praças públicas, as residências vazias ou prestes a serem esvaziadas de seus ocupantes sem recursos, mas também, e sobretudo, os estabelecimentos e escritórios de empresas, serviços públicos e administrações, o que resta de raiva impotente na indignação poderá se transmutar em vontade triunfante de expropriação dos expropriadores.

Bibliografia

BIHR Alain, (2000). Antilibéralisme ou anticapitalisme?. *A Contre-Courant*, n. 119, Paris, novembro-dezembro.

_____ (1998). *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo.

_____ (1989). *Entre bourgeoisie et prolétariat: l'encadrement capitaliste*. Paris: L'Harmattan.

ELLIS, Blair; DURKLAY, Laura (2012). Prêts à occuper nos maisons!. *À l'encontre*. Disponível em: <http://alencontre.org/>, publicado em 5 de janeiro.

FRANK, Thomas (2013). Occuper Wall Street, un mouvement tombé amoureux de lui-même. *Le Monde Diplomatique*, janeiro, pp. 4-5.

⁷Pode-se nuançar a unilateralidade da crítica do movimento *OWS* desenvolvida por Thomas Frank (2013). Pouco mencionada a capacidade do movimento de ultrapassar seu núcleo original em direção à mobilização mais ampla de elementos populares, o autor se focaliza sobre o jargão narcisista de seus elementos universitários, que serve apenas para radicalizar o "egológico" espontâneo tão estimado no âmbito da administração em geral.

- JOHNSON, Ragina; SHMAUS, Alex; BLANCHARD Dana (2011). *Occupy* et le blocage des ports de la côte Ouest. *À l'encontre*. Disponível em: <http://alencontre.org/>, publicado em 24 de dezembro.
- KEMPF, Raphaël (2012a). De Londres à Santiago, la révolte des déclassés. *Le Monde Diplomatique*, maio, pp. 24-25
- _____ (2012b). Radiographie d'une indignation planétaire, *Le Monde Diplomatique*, junho, pp. 4-5.
- PASTOR, Jaime (2011a). 'L'état de rébellion' est survenu... pour rester. *À l'encontre*. Disponível em: <http://alencontre.org/>, publicado em 27 de junho.
- _____ (2011b). L'enthousiasme du 15-M est toujours vivant. *À l'encontre*. Disponível em: <http://alencontre.org/>, publicado dia 19 de outubro de 2011.
- REEVE, Charles (2011). Quelques notes sur le mouvement des *Indignés*. Disponível em : <http://lelaboratoire.over-blog.com/article-la-proletarianisation-des-classes-moyennes-94477770.html>.
- RUDER, Eric (2011). Un jour d'audace à Oakland. *À l'encontre*. Disponível em: <http://alencontre.org/>, publicado em 5 de novembro de 2011.
- SAUVIAT, Catherine (2011). 'Occupy Wall Street', un mouvement social inédit aux États-Unis. *Carré Rouge*, n .46, dezembro, pp. 18-29.
- SONTI, Samir (2011). Les syndicats et le mouvement d'occupation. *À l'encontre*. Disponível em: <http://alencontre.org/>, publicado em 4 de novembro.
- UDRY, Charles-André (2011). *OWS*, les signes annonciateurs d'un 'nouveau bloc social'? *À l'encontre*. Disponível em: <http://alencontre.org/>, publicado em 9 de outubro.